

JACQUELINE CAVALCANTI DINIZ
ANDREA MARQUES VANDERLEI FREGADOLLI
MARIA LUSIA DE MORAIS BELO BEZERRA
LENILDA AUSTRILINO SILVA
MÉRCIA LAMENHA MEDEIROS

Extensão Universitária na Inclusão

Ações Afirmativas para uma Sociedade
mais justa na

Saúde da
Pessoa
NEGRA



Jacqueline Cavalcanti Diniz
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli
Maria Lusía de Moraes Belo Bezerra
Lenilda Austrilino Silva
Mércia Lamenha Medeiros

Extensão Universitária na Inclusão:

Ações Afirmativas para uma
Sociedade mais justa na

Saúde da
Pessoa

NEGRA

Maceió -Al
2026



DIREÇÃO EDITORIAL: Prof^a. Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli (FAMED/UFAL)

REVISÃO ORTOGRÁFICA: Editora Quick Mind

DIAGRAMAÇÃO E DESIGNER DE CAPA: Jacqueline Cavalcanti Diniz

IMAGENS DE CAPA: canva.com, ideogram.com, leonardoai.com

ARTE FINAL: Editora Quick Mind

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15101234>

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas dos autores. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.

Todos os livros publicados pela Editora Quick Mind estão sob os direitos da Creative Commons 4.0



https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2026 Quick Mind Editora e Treinamentos

Ltda Av. Fernandes Lima, nº 8, Farol, Empresarial Centenário Office, Espaço virtual, 4º andar, sala 406, Maceió - AL, CEP 57050-000 Disponível em: www.editoraquickmind.com.br

@quickmindeditora

quickmind.editora@gmail.com

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

E96

Extensão universitária na inclusão: ações afirmativas para uma sociedade mais justa na saúde da população negra / Organização de Jacqueline Cavalcanti Diniz; Prefácio de Tereza Angélica Lopes de Assis; Posfácio de Waldemar A. das Neves Júnior. – Maceió/AL: Quick Mind, 2026.

Autoras: Jacqueline Cavalcanti Diniz, Andrea Marques Vanderlei Fregadolli, Maria Lusia de Moraes Belo Bezerra, Lenilda Austrilino Silva, Mércia Lamenha Medeiros.

Livro em PDF

ISBN 978-65-02-04001-0

DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.15101234>

1. Saúde pública. 2. População negra. 3. Inclusão social. I. Diniz, Jacqueline Cavalcanti (Organizadora). II. Assis, Tereza Angélica Lopes de (Prefácio). III. Neves Júnior, Waldemar A. das (Posfácio). IV. Título.

CDD 362.1

Índice para catálogo sistemático

I. Saúde pública

A obra “Extensão Universitária na Inclusão: Ações Afirmativas para uma Sociedade mais Justa na Saúde da População Negra” reúne análises sobre políticas públicas, o impacto do racismo institucional e práticas extensionistas voltadas à equidade em saúde. Estruturada a partir de experiências concretas e referenciais críticos, propõe caminhos para o fortalecimento da extensão universitária como eixo formativo, científico e social, reafirmando seu papel na consolidação do SUS e na promoção da justiça racial.

A obra explora ainda os determinantes sociais da saúde e o papel da universidade na luta por justiça social, discutindo legislações fundamentais (CF/88, LDB/1996, Resolução CNE/CES nº 07/2018, FORPROEX/2012) e apresentando exemplos de projetos extensionistas de diversas universidades brasileiras (UFAL, UFMG, UFRJ, UERJ, UFRGS). Tais experiências evidenciam a potência da extensão como elo entre ciência, saberes ancestrais e comunidade.

Seu objetivo central é formar profissionais sensíveis às políticas afirmativas e contribuir de maneira efetiva para a consolidação do SUS, promovendo a equidade racial em saúde e fortalecendo práticas transformadoras no campo acadêmico e social.

“O racismo faz com que pessoas negras adoçam mais”

Jurema Werneck

Este livro reafirma o papel da extensão universitária como instrumento de transformação social e promoção da equidade na saúde da população negra.

Prefácio

A extensão universitária, ao longo da história da educação superior no Brasil, tem se revelado como um espaço privilegiado de diálogo entre universidade e sociedade. Mais do que um eixo do tripé acadêmico, a extensão representa um compromisso ético e político com a transformação social, na medida em que rompe os muros institucionais e se coloca lado a lado das comunidades, reconhecendo e valorizando seus saberes, histórias e lutas. Conforme a frase: ***“Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”*** de Conceição Evaristo, este livro também nasce da resistência e da esperança. Cada página é um chamado para lembrar que a universidade não é apenas espaço de transmissão de saberes, mas também de encontro, de cuidado e de luta por uma sociedade mais justa.

Falar da saúde da população negra é falar de feridas abertas, mas também de caminhos de cura. É reconhecer as marcas do racismo estrutural e, ao mesmo tempo, afirmar a potência da vida que insiste em florescer. A extensão universitária, aqui, é celebrada como ponte: entre o saber científico e o saber ancestral; entre a universidade e a comunidade; entre a dor histórica e a possibilidade de futuro.

Ao abrir este livro, permita-se atravessar por reflexões que não são apenas teóricas, mas profundamente humanas. Que cada capítulo inspire a prática de uma educação antirracista, de uma saúde integral e de uma universidade viva, feita de gente, de vozes e de sonhos coletivos.

Boa leitura!

Tereza Angélica Lopes de Assis.

Mestra em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Alagoas/UFAL.

Docente da FAMED/ Universidade Federal de Alagoas/UFAL.

Sumário

Capítulo 1 – História Natural da Doença, Determinantes Sociais de Saúde e Políticas Públicas na Saúde da População Negra – 8

- História Natural da Doença (Leavell e Clark, 1965/1976) – 9
- A História Natural da Doença x Modelo “arco-íris” dos Determinantes Sociais da Saúde - 12
- Determinante Social de Saúde (DSS) - Racismo - 14
- Contextualizando - DSS - 17
- PNSIPN: objetivos, diretrizes e desafios – 18
- Jogo Interativo - 21

Capítulo 2 – O Impacto do Racismo na Saúde - 22

- Racismo institucional - 23
- Mulheres Negras e a Violência Obstétrica racial (caso Alyne Pimentel) - 24
- Doenças prevalentes -26

Capítulo 3 – O Papel da Extensão Universitária – 27

- O Papel da Extensão Universitária - 28
- Principais instrumentos jurídicos - 29
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - 30
- Art. 207 da CF/88 e Impactos na Extensão em Saúde - 31
- Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - 33
- Resolução CNE/CES nº 07/2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira - 34
- Extensão universitária e suas diretrizes - 35
- Formas de Extensão - 36

Capítulo 4 – Projetos de Extensão Universitária na Saúde da População Negra - 37

- 1. Projeto Afrocientista (UFAL/NEABI) - 38; 2. ONG Inaê (UFAL) – 39; 3. Projeto Saúde da População Negra (UFMG) - 41; 4. Projeto EGBÉ (UFRJ) - 42; 5. Projeto Quilombo do Cuidar (UERJ) - 43; 6. Curso Saúde da População Negra (UFRJ) - 44; 7. Projeto Saúde da População Negra e Integração Universidade e Serviços de Saúde (UFRGS/Neparpsi) - 45. Dissertação: Relações Étnico-Raciais na Formação Médica — Maria Cristina da Conceição Oliveira (FAMED/UFAL) - 46

Capítulo 5 – Estratégias para Fortalecer a Extensão Universitária em Saúde da População Negra - 47


- Principais Estratégias de Fortalecimento da extensão universitária em saúde da população negra - 48
- Jogos Interativos - 49 / Checklist temático - 50 / Referências - 51/ Índice Remissivo - 56 / Sobre as Autoras - 57/ Dica de Livros e Filmes - 58/ Pós-fácio - 59 / Espaço do Leitor - 60.

Introdução

O Brasil carrega históricas desigualdades raciais que se refletem na saúde da população negra, marcada pela maior incidência de doenças crônicas, pelas elevadas taxas de mortalidade materna e infantil e pelo menor acesso aos serviços de saúde quando comparada à população branca. Nesse cenário, a extensão universitária se apresenta como uma ferramenta estratégica, pois contribui para educar, intervir e pesquisar sobre as condições sociais, tornando-se essencial para reduzir lacunas históricas e mitigar desigualdades.

Assim, esta obra propõe uma reflexão sobre a interface entre saúde, políticas públicas e extensão universitária, com foco na promoção da equidade racial. Ela está organizada em cinco eixos que abordam as políticas públicas, com destaque para a PNSIPN, os impactos do racismo na saúde, o papel social e formativo da extensão, as experiências de projetos em universidades e organizações sociais e as estratégias de fortalecimento por meio da capacitação, das parcerias e da produção de conhecimento. O livro se destina a estudantes, docentes, profissionais do SUS, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com a equidade racial e a justiça social, além de todos aqueles que participam de ações extensionistas.

O objetivo central é oferecer reflexões e subsídios que evidenciem como a extensão fortalece a formação acadêmica e o cuidado em saúde, especialmente diante das barreiras que afetam a população negra. Dessa forma, busca-se contribuir para a formação de profissionais mais sensibilizados e comprometidos com políticas afirmativas e inclusivas, favorecendo a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e com acesso universal à saúde e à integralidade do cuidado.



*“Temos de aprender a viver todos
como irmãos ou morreremos todos
como loucos.”*

Martin Luther King Jr.

1

CAPÍTULO

**HISTÓRIA NATURAL DA
DOENÇA - DETERMINANTES
SOCIAIS DE SAÚDE E
POLÍTICAS PÚBLICAS NA
SAÚDE DA
POPULAÇÃO NEGRA**

História Natural da Doença (Leavell e Clark, 1965/1976)

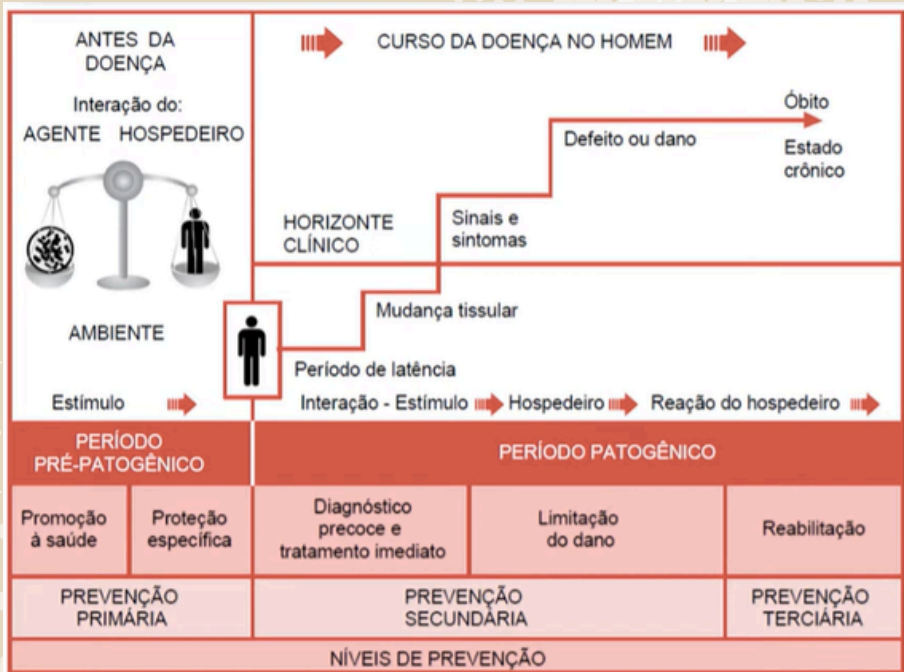
Nesse capítulo, trazemos uma análise breve sobre as questões que alteram a saúde da população negra, mostrando a existência de vários elementos impactantes, que não representa uma lógica casual, mas factual da sociedade.

“Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1946).

Conforme as evoluções no entendimento dos processos saúde doença, com os marcos que transformaram a forma de compreender o adoecimento humano, observados desde a criação do microscópio em 1590 por Hans e Zacharias Janssen, e aprimorado posteriormente por Anton van Leeuwenhoek no século XVII, até a descoberta e uso da penicilina por Alexander Fleming (1928), que revolucionou os tratamentos com o advento dos antibióticos, temos que, frente a toda essa revolução no conhecimento, a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1946, nos mostra o entendimento que saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença ou enfermidade. Essa concepção, nos ajuda a compreender que o debate vai para além do enfoque biomédico e inclui fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais. Nesse contexto, trazemos a perspectiva dos sanitaristas Leavell e Clark, (1965), que sistematizaram a chamada História Natural da Doença (figura1), organizando o adoecimento em fases sucessivas e organizada em períodos descritos como:

- **Período pré-patogênico** - fase anterior ao aparecimento da doença, marcada pela interação de fatores de risco biológicos, ambientais e sociais;
- **Período patogênico inicial** – primeiras alterações no organismo, ainda sem sintomas clínicos;
- **Período clínico** – quando surgem sinais e sintomas, permitindo diagnóstico e intervenção e o;
- **Desfecho** – podendo levar à cura, cronicidade, incapacidade ou morte.

Figura 1 – Modelo da história natural das doenças



Fonte: Leavell e Clark (1976).

Assim, percebe-se que essas fases do adoecimento podem ser influenciadas por outros fatores, como os trazidos no modelo dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS), proposto por Dahlgren e Whitehead (1991), que esquematiza visualmente um modelo em camadas, conhecido como o **“arco-íris da saúde” (rainbow model of health)**, justamente por ilustrar visualmente essas diferentes camadas interdependentes que influenciam nas condições de saúde doença.

Diante dessa perspectiva, os determinantes e seus condicionantes desse modelo, que se organiza em camadas concêntricas, ampliam ainda mais o olhar para diversas dimensões que influenciam a saúde do indivíduo e da coletividade, sendo elas:

- **Características individuais:** (idade, sexo, fatores genéticos) situado no núcleo ou centro;
- **Estilos de vida:** (hábitos alimentares, atividade física, uso de álcool e tabaco) situada na primeira camada - é a área proximal, mais próxima do indivíduo;
- **Redes sociais e comunitárias:** (apoio familiar, vínculos comunitários) - segunda camada - intermediária;
- **Condições de vida e trabalho:** (emprego, renda, moradia, saneamento, acesso a educação e serviços de saúde) - terceira camada;
- **Contexto socioeconômico, cultural e ambiental mais amplo:** (políticas públicas, desigualdades estruturais, racismo e exclusão social) - é a camada distal ou macro camada.

Para saber mais
sobre
Determinantes
Sociais de Saúde
clique aqui ou
acesse o qr code:



Acesse:
O Racismo
afeta saúde.
(Agência
Brasil)



A História Natural da Doença x Modelo “arco-íris” dos Determinantes Sociais da Saúde

Pesquisas evidenciam que a população negra, vivencia essas camadas de forma desigual. Dessa maneira, essas desigualdades seguem desde o período pré-patogênico, marcado por piores condições de moradia e maior insegurança alimentar, até os desfechos clínicos mais graves.

Nesse contexto, observa-se a influência do **racismo estrutural e institucional**, que se expressam em barreiras de acesso aos serviços de saúde, diagnósticos tardios e maior mortalidade por causas evitáveis, como a mortalidade materna, as doenças crônicas e os agravos decorrentes da violência (Batista, 2002; Werneck, 2016; Brasil, 2007).

Figura 2. Modelo Determinantes Sociais de Saúde - Dahlgren e Margaret Whitehead (1991)



Fonte: CNDSS (2008, p. 14, adaptado).

Dessa forma, compreender a trajetória histórica do conceito de saúde, das descobertas científicas à definição ampliada da OMS e da sistematização da história natural da doença ao modelo dos determinantes sociais, permite evidenciar que a saúde da população negra não pode ser explicada apenas pela biologia e muito menos pelo acaso. É sobretudo, reflexo de iniquidades sociais e raciais, o que reforça a importância da **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)** e de estratégias intersetoriais para a promoção da equidade.

Figura 3. Modelo Adaptado Determinantes Sociais de Saúde - Dahlgren e Margaret Whitehead (1991)



Fonte: baseada na obra CNDSS, (2008, p. 14, adaptado).

Determinante Social de Saúde - O Racismo

Com base no entendimento proposto pelo Modelo dos Determinantes Sociais de Saúde de Dahlgren e Whitehead (1991), percebe-se uma maior exposição da população negra a condições precárias de habitação e saneamento o que se reflete em estruturas históricas e raciais de marginalização.

No nível proximal do modelo, por exemplo, que abrange fatores individuais, observam-se doenças com maior prevalência entre a população negra, como a hipertensão arterial sistêmica, o diabetes mellitus tipo 2, a doença falciforme e as complicações obstétricas (mortalidade materna elevada). Essas condições são influenciadas tanto por aspectos genéticos (exemplo: traço falciforme), quanto por contextos de vulnerabilidade social e estresse crônico decorrente do racismo estrutural, fenômeno descrito em estudos nacionais e internacionais (Werneck, 2016; Brasil, 2007).

Figura 4. Modelo Adaptado Determinantes Sociais de Saúde - Dahlgren e Whitehead (1991)



É importante ressaltar que nessa perspectiva, os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) exercem influência direta no processo de saúde doença da população em especial frente às minorias, o que transparecem em diversos indicadores epidemiológicos de morbimortalidade.

Fonte: baseada na obra CNDSS, (2008, p. 14, adaptado).

Já no nível intermediário, que se refere às condições de vida e de trabalho, destacam-se desigualdades na infraestrutura e no cotidiano. O déficit de saneamento básico, habitação precária e maior exposição ao desemprego e à informalidade impactam diretamente na saúde.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2019), revelam que domicílios negros têm taxa de adensamento excessivo de 4,2%, contra 1,7% em brancos, chegando a 8,6% nos chefiados por mulheres negras no Norte. Em relação às condições de vida, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostram que, em 2022, 12% dos domicílios brasileiros não tinham acesso à rede geral de água tratada, afetando 12,7% da população, situação mais comum entre pretos e pardos, que representaram 66% dos afetados (Trata Brasil; Ex Ante, 2023).

Além disso, entre quilombolas em seus territórios, 18,21% não possuíam água encanada e 24,77% não tinham banheiro de uso exclusivo (IBGE, 2023).

Dessa forma, no contexto brasileiro, autores como Werneck (2016) e Munanga (1999) evidenciam que o racismo estrutural e institucional intensifica as iniquidades em saúde, particularmente no caso da população negra, que apresenta taxas mais elevadas de mortalidade materna (IEPS, 2024), maior prevalência de doenças crônicas como hipertensão e diabetes (Brasil, 2007), além de maior vulnerabilidade a contextos de exclusão social e violência (FIOCRUZ, 2025).

Por fim, a dimensão distal, referente às condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais, concentra os fatores estruturais que moldam todas as demais camadas dos determinantes sociais da saúde. Essa esfera macro, influencia de forma decisiva a saúde da população negra, perpetuando desigualdades históricas.

Em síntese, vale pontuar que estudos tem destacado o racismo estrutural como um dos fatores que impactam diretamente na conformação de condições de vida desfavoráveis, elevando o risco de adoecimento e morte da população negra (Silva; Werneck; Batista, 2024). Contudo, durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, a ausência ou inconsistência de registros sobre raça/cor nos sistemas de vigilância epidemiológica foi interpretada como expressão de racismo institucional, dificultando ações específicas e eficazes para essa população (Silva; Werneck; Batista, 2024).

Assim, o conceito ampliado de saúde passa a ser entendido como uma construção histórica, social e política, em que os determinantes sociais, culturais e econômicos moldam desigualmente as condições de vida e, conseqüentemente, as condições de saúde da população negra no Brasil.

Dados como os dos DSS, ressaltam a importância de evidenciar necessidades específicas da população negra em suas múltiplas dimensões sociais, de modo que as medidas resolutivas sejam implementadas não apenas no campo preventivo e curativo da saúde, em suas diversas formas de atenção, mas também no fortalecimento de estratégias intersetoriais.

Ao gerar informações qualificadas, como as de estudos científicos, torna-se possível indicar também a necessidade de envolvimento de outros setores da sociedade, como educação, habitação, saneamento, assistência social e justiça, assegurando uma resposta mais ampla, integrada e efetiva para a redução das desigualdades, fatores esses que impactam significativamente na saúde.

Contextualizando os Determinantes Sociais de Saúde - DSS

“Sorriso negro,
Um abraço negro
Traz felicidade...
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz da
liberdade.”

A música “Sorriso Negro”, de Dona Ivone Lara, valoriza a identidade e a força do povo negro, mas também denuncia a exclusão social e o impacto do desemprego, que são **determinantes sociais da saúde**. O orgulho da negritude se coloca como resistência diante do racismo estrutural.

Perguntas para reflexão:

- 1- Como a letra relaciona trabalho, dignidade e saúde da população negra?
- 2- De que forma a autoestima e o reconhecimento da identidade negra podem contribuir para a saúde mental e o bem-estar?
- 3- Quais determinantes sociais da saúde aparecem de forma explícita ou implícita nesta canção?

Atividade

Escrevam um pequeno texto, poema ou desenho com o tema: **“O sorriso também é resistência”**, relacionando-o à música.



Clik e acesse a música:

[Sorriso Negro](#)
[dona Ivone Lara](#)

Escaneie e
escute!



Políticas Públicas e a Saúde da População Negra



POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA
UMA POLÍTICA DO SUS

Em 2009 foi criada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN pelo Ministério da Saúde, representa um avanço significativo na construção de um sistema de saúde mais equitativo.

Objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)

Seu objetivo é garantir o direito à saúde da população negra, reconhecendo as especificidades epidemiológicas e socioculturais que influenciam o processo saúde doença.

Objetivos principais da PNSIPN

- Reduzir as desigualdades raciais no acesso aos serviços de saúde;
- Incorporar a perspectiva étnico racial nas políticas de saúde;
- Qualificar os profissionais de saúde para o atendimento da população negra;
- Monitorar e avaliar indicadores de saúde da população negra;

Fonte: Oliveira e Magalhães, (2022).

Diretrizes Gerais da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)

A seguir, as principais diretrizes voltadas à formação, participação, produção de conhecimento, saberes populares, monitoramento e comunicação:

- Inclusão dos temas "Racismo e Saúde da População Negra" nos processos de formação, educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social;
- Ampliação e fortalecimento da participação do Movimento Social Negro nas instâncias de controle social das políticas de saúde, em consonância com os princípios da gestão participativa do SUS;
- Incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;
- Promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados por religiões de matrizes africanas;
- Implementação de processo de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais nas distintas esferas de governo;
- Desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação que desconstruam estigmas e preconceitos, fortaleçam uma identidade negra positiva e contribuam para reduzir vulnerabilidades.

Principais desafios na implementação das políticas públicas

- Falta de mais conhecimentos sobre a existência da PNSIPN por parte dos gestores e profissionais de saúde;
- Subnotificação de dados raciais nos sistemas de informação em saúde, dificultando a formulação de estratégias efetivas;
- Racismo institucional, que impacta o acolhimento e o acesso da população negra aos serviços de saúde;
- Falta de investimentos em programas específicos voltados à promoção da saúde da população negra.



JOGOS INTERATIVOS

QUIZ

Biblioteca Mágica



Na biblioteca mágica,
participe do *Quiz* interativo
e teste seu conhecimentos
sobre:
PNSIPN.

[Clik aqui o quiz interativo
ou aponte a câmera seu
celular!](#)



“Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.”

Audre Lord

CAPÍTULO

2

O IMPACTO DO RACISMO NA SAÚDE

Racismo Institucional - Violência Obstétrica

“A expressão “violência obstétrica” (VO) é utilizada para descrever e agrupar diversas formas de violência (e danos) durante o cuidado obstétrico profissional. Inclui maus tratos físicos, psicológicos, e verbais, assim como procedimentos desnecessários e danosos de: episiotomias, restrição ao leito no pré-parto, clister, tricotomia e ocitocina (quase) de rotina, ausência de acompanhante, dentre os quais destaca-se o excesso de cesarianas, crescente no Brasil há décadas, apesar de algumas iniciativas governamentais a respeito.”

(Bower, Hill; Tesser *et al.*, 2011)



Mulheres Negras e a Violência Obstétrica racial (caso Alyne Pimentel)

Pesquisas tanto acadêmicas como institucionais de outros seguimentos, revelam que mulheres negras são desproporcionalmente afetadas por essa forma de violência.

Esse enfoque de análise, pode ser visto nos estudos da pesquisadora - Jussara Francisca de Assis, onde evidencia “os efeitos da violência obstétrica com viés racial tendem a apresentar contornos mais intensos, por representar as violências estruturadas na dinâmica de formação social brasileira”, que dessa forma, expressam o racismo, o sexismo e o patriarcado, o que refletirá em mais violência, mais abandono, o não cuidado, e a barbárie naturalizada na sociedade.



(...) mulheres negras são desproporcionalmente afetadas por essa forma de violência (...)

As consequências dessa violência são profundas, afetando negativamente tanto a saúde física quanto a saúde mental e psicológica das mulheres negras, além de reforçar desigualdades no cuidado durante o período reprodutivo.

“O viés racial implícito, sugestivo de racismo institucional e o sexismo tecem uma rede de complexidades que tem no espaço das unidades de saúde uma dinâmica cheia de conflitos”

“Um caso marcante ocorrido no Brasil, é o de **Alyne Pimentel** que reflete a gravidade da violência obstétrica associada ao racismo institucional. Alyne, mulher negra que aos 28 anos, foi a óbito em 2002 devido a complicações gestacionais por negligência médica”. (Catoia; Severi; Firmino, 2020).

Rede Alyne - visa reduzir a mortalidade infantil e materna.

Criada em 12 de setembro de 2024, pelo Governo Federal visa reduzir a mortalidade infantil



Foto: Centro Brasileiro de Estudos em Saúde

Cinco anos depois, em novembro de 2007, a família entrou com uma ação no Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw) da Organização das Nações Unidas (ONU). Quatro anos depois, o comitê emitiu condenação ao Brasil por não prestar atendimento adequado desde o surgimento das complicações, determinou indenização para a família e recomendou políticas para melhoria do atendimento a gestantes pelo serviço público de saúde. Em 2014, o governo federal indenizou a mãe de Alyne e entregou um certificado que reconhece a responsabilidade do Estado na morte da gestante.

Fonte: Ministério da Saúde, (2024).

Accesse ou a ponte a câmera:

Mortes maternas de negras são mais que o dobro que de brancas



Doenças prevalentes

“Doença de negro” ? - os dados apontam que a saúde da população negra evidencia vulnerabilidades, invisibilidade de doenças e efeitos do racismo institucional

“Muitas das doenças que a população negra enfrenta passam a ser compreendidas, praticamente, como uma doença marcada por essa experiência de ser negro (...) Lúcia Xavier Agência Brasil (2023).

A ausência de indicadores sociais reforçam o racismo institucional, assim como a invisibilidade das doenças prevalentes na população negra. (FIOCRUZ, 2025)

“Em 2020 homens pretos e pardos morreram mais de Covid -19 do que brancos” (FIOCRUZ, 2025)

Também a falta de indicadores sociais e de formação dos profissionais da área são alguns dos pontos que reforçam o racismo institucional (FIOCRUZ, 2025)

Doenças prevalentes na pessoa negra:

hipertensão arterial, diabetes mellitus (DM), doença renal crônica, anemia falciforme, entre outras (IBGE, 2022).

“Enquanto houver racismo, não haverá democracia.”

Marianne da Silva Rocha

An illustration of four diverse professionals (three women and one man) sitting around a conference table in a meeting. They are smiling and engaged in discussion. The table is covered with papers, sticky notes, and coffee cups. A large white number '3' is overlaid on the center of the image.

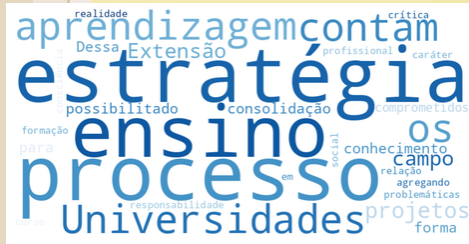
CAPÍTULO

**O PAPEL DA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA**

O Papel da Extensão Universitária

Para Biscarde, Pereira-Santos e Silva (2014, p.24) a tradição cultural brasileira privilegia a condição da universidade como lugar de ensino, entendido e, sobretudo, praticado como transmissão de conhecimentos.

No entanto, a universidade vive um momento em que se torna um objeto de questionamentos considerando a importância de seu papel perante a sociedade e a sua responsabilidade como um desafio de formar profissionais com perfil adequado às necessidades sociais.



Fonte: os autores (apoio do software ChatGpt, OpenAI, 2025).

Como estratégia do processo ensino aprendizagem, as universidades contam com os projetos de extensão como campo possibilitado para consolidação do conhecimento.

Dessa forma, comprometidos com a responsabilidade social e agregando a formação profissional um caráter de consciência crítica em relação à realidade e as problemáticas em curso.

Principais Instrumentos jurídicos para as ações extensionistas

Os principais instrumentos jurídicos que alicerçam as ações de extensão são:

Constituição da
República
Federativa do
Brasil de 1988

Lei nº 9.394/1996 -
Lei de Diretrizes e
Bases da Educação
Nacional
(LDB)

Resolução CNE/CES
nº 07/2018 - Diretrizes para
a Extensão na Educação
Superior Brasileira e a
Política Nacional
Universitária de Extensão

Fonte: Elaboração própria, a partir de Brasil, (1988, 1996, 2014, 2018) e FORPROEX (2012).

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

A Constituição Federal, é a Lei Fundamental do país, conhecida também como Carta Magna, Lei Maior, Constituição Cidadã é um instrumento normativo que alicerça os direitos. Ela atua como base jurídica política e social do Estado brasileiro.

A pirâmide hierárquica de Kelsen é uma forma clássica de representar a hierarquia das normas jurídicas no Brasil. Essa pirâmide, chamada por modelo “Kelseniano”, vem de Hans Kelsen (1881–1973), jurista e filósofo austríaco considerado um dos mais influentes do século XX, foi o criador da Teoria Pura do Direito, uma das bases da ciência jurídica moderna. A visão kelseniana, explica porque a Constituição Federal é a lei suprema e nenhuma outra pode contrariá-la, como mostra a figura 5.

Figura 5. Pirâmide de Kelsen



Fonte: Adaptado de Kelsen, (1998).

A hierarquia das normas é a ideia de que as regras jurídicas não estão no mesmo nível, mas organizadas em uma ordem escalonada, onde normas inferiores só têm validade se estiverem de acordo com as superiores.

Art. 207 da CF/88 e Impactos na Extensão em Saúde

Assim, está previsto na Constituição de 1988 (art. 207), que as universidades possuem autonomia acadêmica, administrativa e financeira, devendo garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para ilustrar a importância dos instrumentos jurídicos, na extensão, apresentamos logo abaixo (Quadro 1), uma representação dos impactos:

Quadro 1. Comparativo – Art. 207 da CF/88 e Impactos na Extensão em Saúde

Dimensão autonomia Art. 207 da CF/88	Impactos da Constituição para a Extensão Universitária
Didático-Científica	Projetos locais com metodologias ativas e valorização de saberes populares.
Administrativa	Núcleos e clínicas-escola, parcerias comunitárias e resposta a emergências.
Gestão Financeira e Patrimonial	Orçamento, infraestrutura e captação de recursos externos.
Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão	Integração com ensino e pesquisa, formação crítica para o SUS e produção de evidências para políticas públicas.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Brasil, (1988).

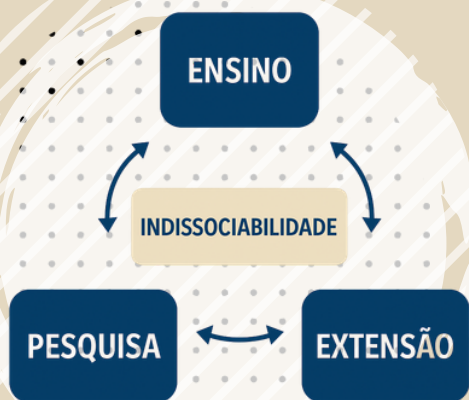
Importância da Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

Quando ocorre a sociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão podemos garantir a:

1. Integração de Saberes:

- O ensino compartilha conhecimento.
- A pesquisa produz novos saberes.
- A extensão aplica esses saberes em diálogo com a sociedade.

Figura 6. Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Brasil, (1988).

Quando associadas, elas evitam a fragmentação e formam um ciclo virtuoso de aprendizado.

2. Formação Integral do Estudante:

O aluno não apenas aprende teorias (ensino), mas também:

- Investiga problemas da sociedade (pesquisa);
- Atua na prática social (extensão).

3. Transformação Social:

- A extensão leva a universidade até a comunidade.
- A pesquisa garante que essa ação seja cientificamente fundamentada.
- O ensino forma novos profissionais comprometidos com as realidades sociais.

Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)



Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996, estabelece os princípios, fundamentos e organização da educação brasileira em todos os níveis e modalidades, regulamentando o direito à educação previsto na Constituição Federal.

O artigo 43 estabelece os objetivos da educação superior, destacando:

- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional;
- Estender à comunidade os benefícios das criações culturais e das pesquisas científicas e tecnológicas geradas na instituição;

Este último inciso é o fundamento legal da extensão universitária: a universidade deve devolver à sociedade, em forma de ações, serviços e projetos, o conhecimento que produz.

Resolução CNE/CES n° 07/2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira

A Resolução CNE/CES n° 7/2018, define que a extensão universitária deve compor no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação, articulada ao ensino e à pesquisa. Estabelece a extensão como prática educativa, cultural, científica e política, que promove a interação transformadora entre universidade e sociedade, com foco na formação integral do estudante e no atendimento das demandas sociais.

Política Nacional Universitária de Extensão

Já a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), consolida princípios como compromisso social, diálogo de saberes, relevância e impacto social, organizando a extensão em áreas temáticas (saúde, educação, cultura, direitos humanos, tecnologia, meio ambiente e trabalho).

Em conjunto, ambos os documentos firmam a extensão como atividade acadêmica estruturante, essencial para a cidadania, a inovação e a transformação de uma sociedade.

Acesse mais
informações



Resolução CNE/CES
n° 07/2018

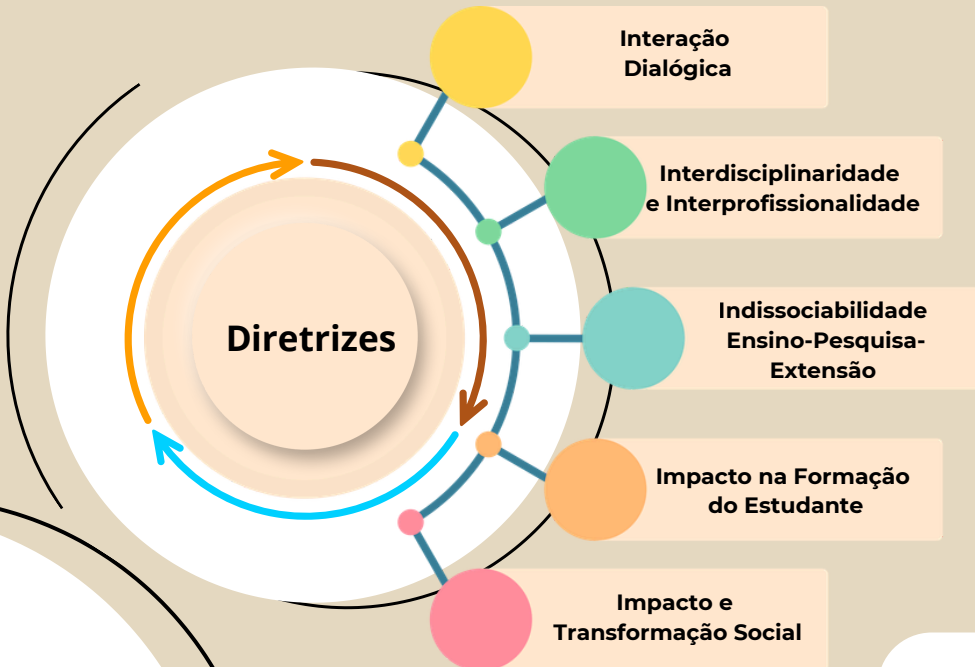


Política Nacional
Universitária de
Extensão

Extensão universitária e suas diretrizes

É importante pontuar as diretrizes fundamentais da extensão universitária, destacando sua base em processos de interação dialógica entre universidade e sociedade. Nessa perspectiva, valoriza a interdisciplinaridade e interprofissionalidade como formas de integrar saberes. Além disso, evidencia o impacto na formação do estudante e sua contribuição para a transformação social.

Figura 7. Diretrizes da Extensão Universitária: princípios orientadores



Fonte: elaborado pela autora a partir de Brasil, (2018, p. 01-04).

Formas de Extensão

De acordo com o Art. 8º, da Resolução nº 7/2018, as atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos político-pedagógicos dos cursos, podem se inserir nas seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. O quadro abaixo mostra em detalhes essas ações:

Quadro 2. Modalidades da Extensão Universitária (Art. 8º Resolução CNE/CES nº 7/2018)

Modalidade	Descrição	Função prática
Programas	Conjunto articulado de projetos e ações de maior duração.	Promover impacto contínuo e sustentável, articulando ensino, pesquisa e extensão.
Projetos	Ações específicas e delimitadas no tempo e no espaço.	Atender demandas locais ou temáticas, com foco em inovação, formação e impacto social.
Cursos e oficinas	Atividades de formação, qualificação ou atualização de conhecimentos.	Ampliar acesso ao conhecimento, capacitar profissionais e comunidade em áreas específicas.
Eventos	Ações pontuais de curta duração (seminários, congressos, palestras, feiras).	Socializar saberes, promover diálogo universidade-sociedade e dar visibilidade a temas relevantes.
Prestação de serviços	Atividades técnico-científicas de apoio direto à comunidade.	Contribuir com soluções práticas às demandas sociais, de saúde, culturais ou tecnológicas.

Fonte: Adaptado de Brasil, (2018, p. 02).

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

4

CAPÍTULO

PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA - ALGUNS EXEMPLOS

Projetos de Extensão Universitária na Saúde da População Negra

As universidades têm um papel fundamental na promoção da equidade racial na saúde por meio de programas de extensão que envolvem ensino, pesquisa e serviços comunitários. Dessa forma, destacamos alguns exemplos de iniciativas exitosas dessas atividades acadêmicas, esperamos que esses exemplos possam inspirar em mais futuras ações.

1- Projeto Afrocientista – NEABI/UFAL

- **Objetivo:**

O projeto trabalha com a educação antirracista, sobretudo. “O Afrocientista vem para realçar a importância do tripé da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

- **Atividades :**

Oficinas temáticas; palestras e rodas de conversa com pesquisadores negros e lideranças comunitárias; produção de trabalhos científicos; visitas a museus, universidades e centros de ciência; atividades culturais e artísticas relacionadas à valorização da herança africana.

- **Público-Alvo:**

Estudantes negros do ensino médio da rede pública.

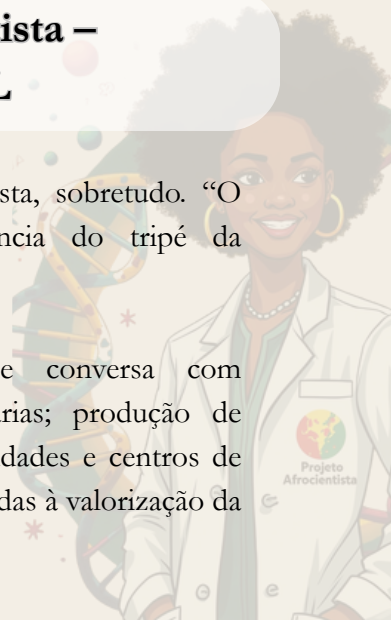
Jovens em situação de vulnerabilidade social, comunidade escolar e familiares dos estudantes participantes.

- **Instituição:**

Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió.

Fonte: Universidade Federal de Alagoas, (2025)

[Acesse:](#)
[Projeto](#)
[Afrocientista](#)





2-ONG Inaê - Saúde da População Negra - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

A Organização Não Governamental (ONG) Inaê, sediada em Maceió Alagoas, desenvolve um trabalho voltado à promoção da cidadania, valorização da cultura afro-brasileira, formação profissional e garantia de acesso à saúde. Com mais de 25 anos de atuação, a ONG consolida-se como um Ponto de Cultura e de inclusão social.

Missão e Propósito

A missão da ONG Inaê é valorizar a cultura afro-brasileira, promover cidadania ativa e preparar a comunidade para o mercado de trabalho. Suas atividades se organizam em três eixos principais: Cultura e Inclusão, Formação Profissional e Saúde Comunitária.

Áreas de Atuação

1. Cultura e Inclusão

A ONG desenvolve atividades culturais que resgatam e celebram a identidade afro-brasileira, fortalecendo o pertencimento social e a resistência contra as desigualdades



2. Formação Profissional

A formação profissional da ONG Inaê é direcionada a jovens e mulheres, com cursos e oficinas como corte e costura, culinária, e produção de essências e sabonetes. Essas atividades são realizadas tanto na sede da ONG quanto em escolas municipais de Maceió.

3. Inaê Saúde

O projeto Inaê Saúde oferece atendimentos médicos com foco na prevenção e no cuidado integral, além de servir como campo de prática para estudantes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Os atendimentos envolvem encaminhamentos para especialidades no Hospital Universitário (HUPAA) e contemplam ações multidisciplinares com áreas como Psicologia, Enfermagem e Serviço Social.
Vínculo com a UFAL.

OFICINA
DE CULINÁRIA



FORMAÇÃO
PROFISSIONAL

INAÊ
SAÚDE



Acesse aqui:
INAÊ/UFAL

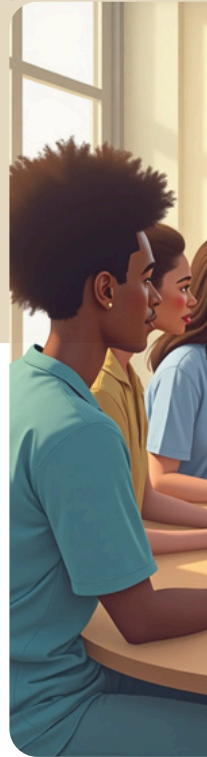


3. Projeto "Saúde da População Negra" – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Tem como objetivo promover debates e ações educativas sobre a saúde da população negra, abordando políticas públicas e práticas de cuidado.



- **Atividades:** Encontros virtuais mensais com especialistas, discussões sobre racismo institucional e estratégias de promoção da saúde.
- **Público-alvo:** Estudantes, profissionais de saúde e comunidade em geral.
- **Instituição:** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



[Acesse:
Projeto "Saúde
da População
Negra"](#)



4. Projeto "EGBÉ: Estudos sobre Relações Étnico-Raciais e Saúde da População Negra" – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

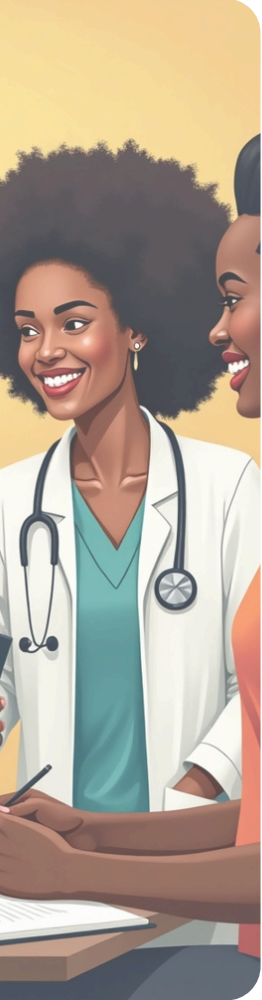


- **Objetivo:** Investigar e debater as relações étnico raciais no contexto do serviço social e da saúde da população negra.
- **Atividades:** Pesquisas, debates, produção de materiais educativos e promoção de eventos acadêmicos.
- **Público-alvo:** Estudantes de serviço social, profissionais de saúde e comunidades negras.
- **Instituição:** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Acesse: "EGBÉ:
Estudos sobre
Relações Étnico-
Raciais e Saúde da
População
Negra":



5. Projeto "Quilombo do Cuidar" – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



- **Objetivo:** Promover a saúde da população negra através de práticas educativas e assistenciais, com foco na enfermagem.
- **Atividades:** Seminários, oficinas, atendimento comunitário e formação de profissionais de saúde para atuação em comunidades negras.
- **Público-alvo:** Comunidades quilombolas, estudantes e profissionais de enfermagem.
- **Instituição:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Accesse aqui:

Projeto
"Quilombo
do Cuidar"



6. Curso de Extensão "Saúde da População Negra e o Trabalho Multidisciplinar no SUS" – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



- **Público-alvo:** Estudantes e profissionais das áreas de saúde e serviço social.
- **Instituição:** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- **Objetivo:** Capacitar profissionais e estudantes para o atendimento qualificado e humanizado da população negra no Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Atividades:** Aulas teóricas, workshops, discussões de casos e elaboração de estratégias de intervenção.

[Acesse clicando aqui ou
aponte a câmera para o qr
code do:
Curso de Extensão
"Saúde da
População Negra e o
Trabalho Multidisciplinar
no SUS"](#)



Fonte: Souza, (2022).

7. Projeto Saúde da População Negra e a Integração Universidade e Serviços de Saúde (UFRGS/Neparpsi)

- **Objetivo:** Integrar ações universitárias com serviços de saúde para promover a equidade racial no atendimento à população negra.
- **Atividades:** Formação de profissionais, desenvolvimento de pesquisas e implementação de práticas antirracistas nos serviços de saúde.
- **Público-alvo:** Profissionais de saúde, gestores e comunidade acadêmica.
- **Instituição:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Esses projetos exemplificam o compromisso das instituições de ensino superior brasileiras em promover a saúde da população negra através de iniciativas de extensão universitária.

[Acesse clicando aqui ou aponte a câmera para o qr code do: Projeto Saúde da População Negra e a Integração Universidade e Serviços de Saúde \(UFRGS/Neparpsi\).](#)



Dissertação de Mestrado: Relações Étnico-Raciais na Formação Médica

**Maria Cristina
FAMED/UFAL**



Accesse aqui:
Oliveira,
2018.

Para concluir, trazemos as dimensões de pesquisas no ensino, elos indissociáveis com a extensão, que reforçam o campo da formação em saúde como espaço de investigação e equidade. Na dissertação de Maria Cristina C. Oliveira (2018), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da FAMED/UFAL, a autora analisa o currículo de Medicina da UFAL (PPC, ementas e planos) e constata baixa transversalidade das relações étnico-raciais e da saúde da população negra: há menções pontuais (p.ex., anemia falciforme, hipertensão), porém sem problematizar o racismo como determinante social (Oliveira, 2018).

Ancorada em Freire, Nilma Lino Gomes e Boaventura de Sousa Santos, propõe um currículo crítico e antirracista, com formação docente e inserção transversal do tema. Como produtos, apresenta o blog **“Saúde da População Negra”** e um roteiro de inserção curricular. Dessa forma, conclui defendendo revisão do PPC, fortalecimento de práticas reflexivas e uma formação humanizada, crítica e comprometida com a justiça social (Oliveira, 2018). Bem como, demonstra que revisar o PPC, é poder fortalecer as demais práticas ligadas ao ensino pesquisa e extensão pelos quais, promover processos formativos reflexivos são passos essenciais para uma formação médica humanizada e crítica na qual a extensão universitária opera como espaço privilegiado de diálogo com os territórios e de enfrentamento do racismo institucional.

“A luta contra o racismo é uma luta pela vida.”

Djamila Ribeiro

5 CAPÍTULO

**ESTRATÉGIAS PARA
FORTALECER A
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM
SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA**

Principais Estratégias de Fortalecimento da extensão universitária em saúde da população negra

As estratégias para fortalecer a extensão universitária em saúde da população negra se estruturam na articulação entre marcos normativos e referenciais teóricos críticos. Nesse sentido, temos como estratégias principais:

- **capacitação profissional** é garantida pela Constituição Federal de 1988, pela LDB/1996 e pela Resolução CNE/CES nº 07/2018, ao mesmo tempo em que é defendida por autores como Freire (1996), Severino, (2017) e Biscarde, Santos e Silva (2014), que compreendem a formação como um processo dialógico e emancipatório. Além disso;
- **parcerias entre universidades e comunidades** são impulsionadas pelo FORPROEX, (2012) e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), pois reforçam a institucionalização da extensão e a obrigatoriedade de sua presença nos currículos. Bem como, Ristoff e Lima (2012) e Freire (2005) que enfatizam a importância do diálogo e da interação com movimentos sociais, Andrade, Albuquerque e Sampaio (2019) alertam para os desafios práticos da implementação dessas diretrizes;
- **pesquisa e produção de conhecimento** encontram respaldo tanto na PNSIPN, (2009) quanto na Resolução CNE/CES nº 07/2018, já que ambas destacam a necessidade de evidências científicas que fundamentem políticas públicas inclusivas. Nesse aspecto, Souza (2020; 2022), Tesser et al. (2020) e o modelo de determinantes sociais de Dahlgren e Whitehead (1991) reforçam que a extensão deve integrar ciência, prática e compromisso social. Dessa forma, ao articular legislação, políticas educacionais e aportes teóricos, a extensão universitária se consolida como prática transformadora, antirracista e comprometida com a equidade racial.

JOGOS INTERATIVOS

**JOGO DA
MEMÓRIA**

**HISTÓRIA EM
QUADRINHOS**

OMG!

BOOM!

Associe
ícones e
conceitos

Reforce o aprendizado
sobre a PNSIPN e a
Extensão Universitária

COOL!

**CLIK
aqui
e jogue
on-line!**



Ou aponte
a câmera

CHECK LIST

Logo abaixo estão as dicas de leituras para enriquecer diálogos e debates como aprofundamento sobre o tema:

CHECK LIST DOS TEMAS PARA DEBATES		SIM	NÃO
1 Letramento racial	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 Saúde da População Negra	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 Violência Obstétrica Racial	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 Saúde mental da Pessoa Negra	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 Doenças Crônicas em Pessoa Negra	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 Saúde da Mulher Negra	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 Racismo institucional	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 Religiosidade	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 O Movimento Negro	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 Políticas	Click	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. Racismo afeta saúde desde o nascimento até a morte, diz especialista. Brasília: **Empresa Brasil de Comunicação**, 27 out. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/racismo-afeta-saude-desde-o-nascimento-ate-morte-diz-especialista>. Acesso em: 15 set. 2025.
- ALBUQUERQUE, Nicolcy. Conheça o Quilombo do Cuidar. **Comunica UERJ**, 11 nov. 2023. Disponível em: <https://comunicauerj.wixsite.com/comunicauerj/post/conhe%C3%A7a-o-quilombo-do-cuidar>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- ALVES, J. E. D. A política de cotas para negros e o sistema de justiça criminal: desafios à consolidação dos direitos raciais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, e0211, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/p9Z9c4pJnPHj35TVxSBMZz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2025.
- ARAUJO, Vera Lucia Sousa de et al. **A religiosidade como forma de resistência na poesia de Conceição Evaristo**. 2024.
- ASSIS, Jussara Francisca de. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serviço Social e Sociedade**, n. 133, p. 547-565, 2018.
- BISCARDE, Daniela Gomes dos Santos; PEREIRA. SANTOS, Marcos; SILVA, Lília Bittencourt. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 177-186, 2014. Disponível em: [S141432832014000100177&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/i18n48/p177-186)>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição Federal República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 maio 2025.
- BRASIL.. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 maio 2025.
- BRASIL. **Ministério da Saúde. Saúde da população negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.
- BRASIL. **Ministério da Educação; CNE/CES. Resolução nº 7, de 18 dez. 2018**. DOU, Brasília, DF, 19 dez. 2018, p. 49. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE.RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

_____. **Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Brasília: MS; 2007.

_____. **Ministério da Saúde. Programa Mais Médicos.** Disponível em: <<https://maismedicos.gov.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Alyne: conheça a história da jovem negra que deu nome ao novo programa de cuidado integral à gestante e bebê. [S. l.], MS, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/rede-alyne-conheca-a-historia-da-jovem-negra-que-deu-nome-ao-novo-programa-de-cuidado-integral-a-gestante-e-bebe>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BOWSER, D.; HILL, K. **Exploring evidence for disrespect and abuse in facility-based childbirth: report of a landscape analysis.** Bethesda, Maryland: USAID-TRAction Project, 2010.

CATOIA, Cinthia de Cassia; SEVERI, Fabiana Cristina; FIRMINO, Inara Flora Cipriano. “Caso ‘Alyne Pimentel’: Violência de Gênero e Interseccionalidades”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e60361, 2020.

CANVA. Canva [design das páginas]. Disponível em: <https://www.canva.com/>. Acesso em: 15 set. 2025.

CEBES – **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.** Disponível em: <https://cebes.org.br/>. Acesso em: 21 maio 2025.

CUNHA-MARAGOGI, Adrielle Soares et al. O papel do movimento negro brasileiro no contexto político da Lei nº 10.639/2003. **Revista Educação e Ensino**, v. 8, n. 1, 2024. ISSN 2594-4444.

CHATGPT. Nuvem de palavras gerada a partir do tema "**Importância da extensão universitária**". [Ilustração digital]. OpenAI, 2025. Disponível em: <https://chat.openai.com>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CNDSS. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil: relatório final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

DA CRUZ, Isabel CF. **Saúde da mulher negra.** Online Brazilian Journal of Nursing, 2006, 5.1: 201-207.

DA SILVA, Ana Claudia Cabral; CAÚ, José Nildo Alves. **O movimento negro e a educação no Brasil.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

DAHLGREN, G.; WHITEHEAD, M. **Policies and strategies to promote social equity in health.** Stockholm: Institute for Futures Studies, 1991.

DELMONES, Alysso Mateus Frutuoso; ARAÚJO, Maria Paula; GUIMARÃES, Tatiana Maria Melo. **O Corpo da Mulher negra e a Violência Obstétrica: Revisão Integrativa.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 11, p. 297-315, 2024.

DE MORAIS E SILVA, K.; LOURENÇO, V. C. Torna-se Negro com a Cor da Ternura, de Gene Guimarães: Reflexões para um Letramento Literário Antirracista: refletindo um letramento literário antirracista. **Revista Decifrar**, Manaus, v. 9, n. 17, p. 167–187, 2021. DOI: 10.29281/rd.v9i17.9135. Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/Decifrar/article/view/9135](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/Decifrar/article/view/9135). Acesso em: 11 mar. 2025.

DE JESUS SANTOS, Jailson Nael; SEPÚLVEDA, Claudia de Alencar Serra. Herança epigenética e iniquidades raciais na saúde: uma questão sociocientífica para promoção da educação das relações étnico-raciais no ensino de Genética. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, p. 1043-1064, 2024.

DIAS, Amanda Cristina Gonçalves; NUNES, Érica Pollyana Oliveira. Saúde mental da mulher negra: racismo, vivências e lutas. **Humanidades e Inovação**, [S.l.], v. 11, n. 5, p. 165–177, 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Novembro Negro**. Agência Fiocruz de Notícias, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/especial/novembro-negro>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **25 livros, muitos motivos para ler pessoas negras**. São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2020. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/25-livros-muitos-motivos-para-ler-pessoas-negras/>. Acesso em: 15 set. 2025.

GUARNIERI, Jaqueline Miotto et al. **Cidadanias possíveis e a saúde coletiva**. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INDEX LAW. Racismo ambiental e o acesso desigual ao saneamento básico pela população negra. **Revista de Direito Ambiental e Ambientalismo**, v. 9, n. 1, 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: Quilombolas em territórios delimitados convivem com precariedades no saneamento básico. **Agência de Notícias IBGE**, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40707-censo-2022-90-dos-quilombolas-em-territorios-delimitados-convivem-com-precariedades-no-saneamento-basico>. Acesso em: 8 set. 2025.

IDEOGRAM AI. **Ilustração de alunos de medicina negros**. [Imagem gerada por inteligência artificial]. Disponível em: <https://ideogram.ai/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Homens pretos e pardos morreram mais de Covid do que brancos em 2020. **Agência de Notícias IBGE**, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>. Acesso em: 12 mar. 2025.

IPEA. **Retratos dos indicadores sociais por cor/raça: habitação e saneamento**. Brasília: IPEA, 2019.

LARA, Dona Ivone; MELLO, Jorge; SPERANÇA, Darcy da. **Sorriso negro**. Intérprete: Dona Ivone Lara. Rio de Janeiro: Som Livre, 1981. 1 disco sonoro (3 min).

LARA, **Dona Ivone**. **Sorriso Negro [vídeo]**. YouTube, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yNjIyuo9xFA>. Acesso em: 30 set. 2025.

LEONARDO AI. **Ilustração digital representando pessoas negras**. Leonardo AI, 2025. Disponível em: <https://app.leonardo.ai>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LEAVELL, S.; CLARK, E. G. **Medicina preventiva**. São Paulo: McGrawHill, 1976.

OLIVEIRA, M. C. C. **Relações étnico-raciais na perspectiva da saúde da população negra no curso de Medicina: uma análise curricular**. Dissertação FAMED/UFAL, 2018.

OLIVEIRA, Larayne Gallo Farias; MAGALHÃES, Milena. Percurso da implantação da política nacional de saúde integral da população negra no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. e 0214, 2022.

OMS. **Constitution of the World Health Organization**. New York: WHO, 1946.

PNADC: PNADC (IBGE). **Privação de acesso à rede geral de água tratada**, Brasil, 2016–2022 (Trata Brasil / Ex Ante, 2023).

SILVA, Letícia Aparecida Lopes Bezerra da et al. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: estratégias e boas práticas de implementação**. 2024.

SOUZA, Adicea Ferreira de. Educação em saúde da população negra na Estratégia Saúde da Família: limites e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Médica*, [S.l.], v. 46, n. 2, p. 217-225, 2022. Disponível em: educa.fcc.org.br. Acesso em: 16 mar. 2025.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; DA SILVA, Ione Jovino; DA SILVA MUNIZ, Kassandra. Letramento de Reexistência-um conceito em movimentos negros. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, p. 01-11, 2018.

TAVARES, Natália Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna; LAGES, Sônia Regina Corrêa. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em Debate*, v. 37, p. 580-587, 2013.

TESSER, C. D.; KNOBEL, R.; RIGON, T.; BAVARESCO, G. Z. Os médicos e o excesso de cesáreas no Brasil. *Saúde e Transformação Social*, v. 2, n. 1, p. 4-12, 2011. Disponível em: <http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/1088>. Acesso em: 17 mai. 2025.

TRATA BRASIL; EX ANTE. **A vida sem saneamento: para quem falta e onde mora essa população**. São Paulo: Instituto Trata Brasil/Ex Ante Consultoria, 2023. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/11/Estudo-ITB-A-vida-sem-saneamento-Para-quem-falta-e-onde-mora-essa-populacao-V.-2023-11-14.pdf>. Acesso em: 8 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Medicina. Grupo de Interesse Especial (SIG): Saúde da População Negra. Disponível em: . Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. Projeto Saúde da População Negra. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Projeto EGBÉ.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. NEABI da Ufal inicia atividades do projeto Afrocientista em Maceió. Maceió: UFAL, 2024. Disponível em: <https://www.ufal.br/noticias/2024/04/neabi-da-ufal-inicia-atividades-do-projeto-afrocientista-em-maceio>. Acesso em: 22 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Psicologia. Saúde da População Negra e a Integração Universidade e Serviços de Saúde. Disponível em: . Acesso em: 16 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Escola de Serviço Social. Curso de Extensão Saúde da População Negra e o Trabalho Multidisciplinar no SUS. Disponível em: <<https://ess.ufrj.br/index.php/escola/2-uncategorised/730-curso-de-extensao-saude-da-populacao-negra-e-o-trabalho-multidisciplinar-no-sus>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. Escola de Serviço Social. Projeto de Extensão e Pesquisa EGBÉ: Estudos, Pesquisas, Debates sobre as Relações Étnico-Raciais no Serviço Social e a Saúde da População Negra. Disponível em: . Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. Escola de Serviço Social. Projetos de Extensão. Disponível em: <<https://ess.ufrj.br/index.php/es-es/extensao1/modalidades-das-acoes-de-extensao/projetosexensao>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

_____. Faculdade de Enfermagem. Projeto de Extensão Quilombo do Cuidar: Saúde, Racismo e Direitos. Disponível em: <<https://comunicauerj.wixsite.com/comunicauerj/post/conhe%C3%A7a-o-quilombo-do-cuidar>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). 28 documentários para debater racismo. Vitória: UFES, 2020. Disponível em: <https://educacaodocampo.ufes.br/conteudo/28-document%C3%A1rios-para-debater-racismo>. Acesso em: 15 set. 2025.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535–549, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Afrocientista (projeto) — 38
 Alyne Pimentel (caso) — 25
 Art. 207 da CF/88 (impactos na extensão) — 31

C

- Capacitação profissional — 47
 Checklist temático — 49
 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 — 30
 Curso “Saúde da População Negra” (UFRJ) — 44
 Currículo de Medicina (UFAL) — 46

D

- Dahlgren & Whitehead (modelo “arco-íris”) — 12–14
 Determinantes Sociais da Saúde (DSS) — 14, 17
 Doenças prevalentes — 26

E

- EGBÉ (UFRJ) — 42
 Extensão universitária — 28, 35–36

F

- Formas de Extensão — 36
 Formação médica — 46

H

- História Natural da Doença (Leavell & Clark) — 9–10

J

- Jogo Interativo (Cap. 1) — 21
 Jogos Interativos (estratégias) — 48

L

- LDB — Lei nº 9.394/1996 — 33
 Leavell & Clark — 9–10

M

- Maria Cristina da Conceição Oliveira (FAMED/UFAL) — 46
 Movimento Social Negro (participação no controle social – PNSIPN) — 19

N

- Neparpsi (UFRGS) — 45

O

- ONG Inaê (UFAL) — 39
 OMS — definição de saúde (1946) — 9

P

- PNSIPN (Política Nacional de Saúde Integral da População Negra) — 18–20
 Produção científica e políticas públicas — 47
 Projeto “Saúde da População Negra” (UFMG) — 41
 PPC – Projeto Pedagógico do Curso (FAMED/UFAL) — 46

Q

- Quilombo do Cuidar (UERJ) — 43

R

- Racismo — determinante social — 14
 Racismo institucional — 21, 46
 Relações étnico-raciais — 46
 Resolução CNE/CES nº 07/2018 — 34

V

- Violência obstétrica racial — 25

As autoras



Jacqueline Cavalcanti Diniz

Docente voluntária da FAMED/UFAL e mestranda em Ensino na Saúde. Enfermeira com especialização em Enfermagem do Trabalho, Saúde Mental e Saúde Coletiva, atua em extensão, pesquisa e formação em saúde.



Andrea Marques Vanderlei Fregadolli

Professora Associada da FAMED/UFAL, Doutora em Ciências. Coordena o MPES/UFAL e atua em ensino, pesquisa e inovação, com foco em metodologias ativas, tecnologias digitais e medicina integrativa.



Maria Lusía de Moraes Belo Bezerra

Professora Associada da UFAL, bióloga, doutora em Inovação Terapêutica. Atua no PPGPES/UFAL com foco em ensino, saúde coletiva e inovação pedagógica, coordenando grupos e projetos como a ExpoITSaúde.



Lenilda Austrilino Silva

Doutora em Educação (PUC-SP), professora aposentada da UFAL. Atua no PPMPES/FAMED-UFAL e coordena a Caravana Itinerante de Ciência e Tecnologia, com experiência em ensino, pesquisa e divulgação científica.



Mércia Lamenha Medeiros

Médica, Doutora em Ciências Aplicadas à Pediatria (UNIFESP) e Docente da FAMED/UFAL, especialista em Pediatria e Medicina do Adolescente, coordenadora de Hebiatria no HUPAA/UFAL.



Dica de Livros e Filmes:



Livros

Site Fundação

Tide Setubal:

25 livros, muitos motivos para ler pessoas negras



Filmes documentários

Site UFES:

Lista de 28 documentários para debater racismo



Blog / Coluna “Quarta Capa” do portal IG: há resenhas de livros como Clínica do Impossível: Linhas de Fuga e de Cura (Lucas Veiga).



“A Coisa Tá Preta” (YouTube) : obra de Gabriel Filipe que mostra como o racismo, explícito ou velado, se manifesta no cotidiano



Ministério da Saúde do Brasil - “Saúde da população negra” (obra da coleção “Negras e Negros: Pesquisas e Debates”).

Posfácio

Encerrar esta obra é, ao mesmo tempo, reconhecer um percurso que já vem sendo construído há muito tempo e, ao mesmo tempo, apontar para a continuidade de uma caminhada que ainda está em curso. Ao longo dos capítulos, o livro procura construir uma reflexão crítica e comprometida sobre as interseccionalidades entre saúde, educação e justiça social, colocando como ponto central a população negra, da importância de sua discussão para a estruturação e implantação de políticas públicas, bem como, na visibilidade da produção de saberes tradicionais nos cuidados de saúde.

A partir da compreensão dos determinantes sociais da saúde, do enfrentamento ao racismo estrutural, institucional e das experiências de extensão universitária apresentadas, este livro evidencia que o conhecimento acadêmico precisa dialogar com a realidade das comunidades, com seus saberes e práticas ancestrais, reconhecendo nelas fontes legítimas de cuidado e transformação.

Os projetos e estratégias aqui reunidos demonstram que a extensão universitária é um espaço potente para promover a equidade racial na saúde, fortalecer vínculos entre universidade e sociedade e contribuir para a formação de profissionais mais sensíveis, críticos e humanos.

Que este material inspire novas ações, parcerias e políticas que possam consolidar o compromisso ético com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com a promoção da saúde da população negra. Que cada leitor e leitora se sinta convidado/a a continuar essa construção coletiva nos espaços que se encontram, reafirmando que cuidar é também um ato político e de resistência contra todas as formas de discriminação e preconceito.

(Waldemar A. das Neves Júnior, Faculdade de Medicina/Ufal, 2025)

Espaço do Leitor

Compartilhe suas impressões e sugestões.



Sua voz também faz parte desta história.



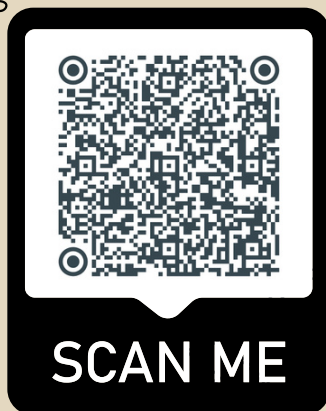
CONTATO E FEEDBACK

Queremos ouvir você!

Sua opinião é essencial para fortalecer o diálogo entre universidade comunidade e prática de extensão.



[Clik aqui ou aponte a câmera do celular e participe do nosso formulário de feedback.](#)



Este livro convida à reflexão e ao compromisso com uma universidade viva que aprende e transforma com as comunidades negras, mostrando, por dados, relatos e análises, como o racismo institucional atravessa acesso, cuidado e desfechos em saúde. Escrito por pesquisadoras da FAMED/UFAL, articula marcos legais, teorias críticas e extensão, reunindo experiências de UFAL, UFMG, UFRJ, UERJ e UFRGS para evidenciar a potência do diálogo de saberes. O leitor percorre determinantes sociais, casos emblemáticos, jogos interativos e estratégias formativas que integram ensino-pesquisa-extensão, fortalecendo o SUS e a equidade racial. Mais que leitura, é um chamado à ação: formar profissionais conscientes, sustentar políticas afirmativas e construir uma sociedade mais justa.

